

Minuta do golpe é central em investigação contra Bolsonaro

PF afirma que ex-presidente pediu alterações no documento; defesa nega elo

Ana Luíza Albuquerque

SÃO PAULO As investigações da Polícia Federal sugerem que pessoas do entorno do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tentaram elaborar uma fundamentação jurídica para legitimar o golpe de Estado que pretendiam executar após a derrota nas eleições presidenciais de 2022.

Veja o que se sabe sobre as minutas do golpe.

»

O que foram as minutas?

As minutas foram textos de decretos produzidos pelo entorno de Bolsonaro após a derrota para Lula (PT), como objetivo de deturpar a fundamentação jurídica para a realização de novas eleições — o que seria, na prática, um golpe de Estado.

Quem esteve envolvido?

Na decisão de busca e apreensão contra Bolsonaro, o minis-

tro Alexandre de Moraes, do STF, citou um "núcleo jurídico" que seria responsável pelo "asseguramento e elaboração de minutas de decretos com fundamentação jurídica e doutrinária que atendessem aos interesses golpistas". Desse núcleo, segundo o ex-advogado Amari Saad, o pai de José Eduardo de Oliveira e Silva e o ex-ajudante de ordens Mauro Cid.

Alguns documentos do tipo chegaram a Bolsonaro?

As investigações da PF, com base no acordo de colaboração premiada de Mauro Cid, indicam que em novembro de 2022 Bolsonaro recebeu uma minuta de golpe das mãos do ex-advogado Amari Saad.

Qual era o teor desta minuta?

O documento detalhava su-

postas interferências do Poder Judiciário no Executivo e decretava a prisão de diversos autoridades, como os ministros do STF Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. O decreto também previa a realização de novas eleições.

O que fez Bolsonaro após isso?

Segundo as investigações, Bolsonaro teria solicitado que Martins fizesse algumas alterações na minuta — o ex-presidente teria decidido manter a realização de novas eleições e a prisão de Moraes, suspen-

dendo as demais. Alguns dias depois, Martins teria retornado ao Palácio da Alvorada, acompanhado por Saad, com o documento alterado.

Em novembro e dezembro, os registros de acesso do palácio mostram que o ex-advogado esteve ali em diversos dias, quase sempre por horas, segundo Moraes. "Seu con-

tato com o então presidente no período foi frequente e relevante para a execução de atos que visavam o golpe de Estado", afirmou o ministro.

O que teria acontecido depois da edição da minuta?

Bolsonaro, conforme as investigações, teria concordado com as alterações e convocado reunião com os comandantes das Forças Armadas para apresentar o documento e pressioná-los a aderir ao golpe.

Em 7 de dezembro de 2022, ele teria se reunido com os generais Almir Garnier (Marinha) e Freire Gomes (Exército), o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira, o ex-advogado Amari Saad e o ex-ajudante de ordens Mauro Cid.

Mensagens encaminhadas por Cid a Freire Gomes sin-

alizavam, segundo a PF, que Bolsonaro ajustava o decreto e buscava o respaldo do general Estevam Cavali Theophilo Gas-

par de Oliveira, então chefe do Comando de Operações Terrestres — o que demonstraria que a tentativa de golpe estava em andamento.

Theophilo, que esteve no Palácio do Planalto no dia 9 de dezembro, teria concordado em executar as medidas para o golpe, segundo mensagens trocadas entre Cid e o coronel do Exército Bernardo Romão Correa Neto. A única condição seria que o próprio Bolsonaro assinasse o decreto.

Enquanto isso, de acordo com a PF, um núcleo formado pelo general Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, pelo coronel do Exército Marcelo Câmara e por Cid monitorava diversas autoridades — entre elas, o ministro Alexandre de Moraes. O objetivo seria assegurar o cumprimento da ordem de prisão contra ele prevista na minuta, caso o golpe fosse colocado em prática.

Onde versões físicas das minutas foram encontradas?

Como revelou a Folha, uma minuta foi encontrada no dia 10 de janeiro de 2023, em operação de busca e apreensão contra Anderson Torres. O documento de três páginas, feito em computadores, foi encontrado em um armário na residência de Torres. Ele previa a instauração de estado de defesa na sede do TSE (Tribu-

nal Superior Eleitoral) e a reversão do resultado eleitoral. Na operação de quinta (8), os agentes encontraram uma minuta na sala de Bolsonaro na sede do PL, em Brasília. O documento previa declaração de estado de sítio e decretação de uma operação de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) após a derrota nas eleições.

O que diz o ex-presidente?

A defesa de Bolsonaro negou seu envolvimento com a minuta golpista encontrada no PL. Os advogados afirmaram que foram eles os responsáveis por enviar ao ex-presidente duas minutas encontradas no celular de Mauro Cid após sua prisão, em maio de 2023. Segundo a defesa, Bolsonaro queria ficar a par da investigação e do conteúdo das minutas.

"O ex-presidente jamais participou ou mesmo conhecia tais minutas golpistas, delas tendo tomado conhecimento da existência só e somente por conta da apreensão do Ten Cel Art Mauri Cid, e a partir do acesso que lhe foi legalmente oportunizado por seu advogado constituído na investigação", diz petição protocolada na investigação.

Os advogados também afirmam que Bolsonaro não consultou textos no celular, em função de problemas navista, e por isso pediu para a assessoria imprimir o documento.



O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em área do aeroporto de Brasília antes de embarcar em voo para Porto Alegre. Gabriela Bini - 22 jan. 2023 / FAP/Agfones

Caso pode deixar ex-presidente inelegível por mais de 30 anos

Flávio Ferreira

SÃO PAULO Caso seja processado e condenado pelo crime de tentativa de golpe de Estado, tentativa de abolição do Estado democrático de Direito e associação criminosa, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) poderá ficar inelegível por mais de 30 anos.

Bolsonaro ainda não foi indiciado por esses delitos, mas as suspeitas sobre esses crimes levaram a Polícia Federal a deflagrar uma operação que mirou seus aliados na última quinta-feira (9).

O ex-presidente já foi condenado pelo TSE por ataques e mentiras sobre o sistema eleitoral e alvo de diferentes outras investigações no STF (Supremo Tribunal Federal). Neste momento, ele está inelegível ao menos até 2030.

Agora, na hipótese de uma sentença criminal condenatória em torno de um plano de

golpe, provavelmente o maior prejuízo ao ex-presidente decorrerá do teor do artigo 14 da Constituição Federal.

Segundo a criminologista Maria Jâmile José, mestre em direito processual penal pela USP e associação criminosa, após esgotados seus recursos nos tribunais (situação chamada de trânsito em julgado na linguagem técnica) têm os direitos políticos suspensos durante o período de execução de suas penas e, por isso, não podem ser votados ou votar.

Apenas máxima do crime de tentativa de golpe de Estado e de 12 anos de prisão, a tentativa de abolição do Estado de Direito é de 8 anos e a de associação criminosa é de 3 anos, ou seja, a soma chega a 23 anos de prisão.

Assim, na hipótese de aplicação das penas máximas, Bolsonaro poderia ficar inelegível por esse prazo.

Para Fernando Neisser, ad-

vogado e professor de direito eleitoral da FGV (Fundação Getúlio Vargas) de São Paulo, além do previsto na Constituição, poderá incidir ainda a aplicação da punição de inelegibilidade prevista na Lei da Ficha Limpa, que é de 8 anos depois do cumprimento da pena.

Hoje Bolsonaro tem 68 anos. Portanto, caso condenado em definitivo neste caso e nessas condições em 2025, por exemplo, ele ficaria inelegível até 2036, quando teria 102 anos de idade.

Neisser afirma que os crimes de tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado democrático de Direito não estão previstos expressamente na Lei da Ficha Limpa, pois esta foi promulgada antes da entrada em vigor da lei de 2021 sobre os crimes contra a democracia.

Ele entende, porém, que deve ser feita uma interpretação

jurídica para que a lei mais antiga seja empregada também nesses tipos de casos.

"Não é toda condenação que pode levar à inelegibilidade, mas aquelas que têm características que afetam bens jurídicos considerados relevantes e suficientes, como a administração pública, a vida e a propriedade, dentre outros. Portanto, não há dúvida de que uma condenação por crime contra o Estado de Direito se enquadra dentro as hipóteses que, desde a condenação, já faz surgir a inelegibilidade", diz.

De acordo com o criminalista Maurício Zanoid de Moraes, professor de processo penal da USP, a regra especifica da Lei da Ficha Limpa a ser aplicada aos casos seria aquela que torna inelegíveis as pessoas condenadas por crimes de juízes, como é o caso do STF. No tribunal tramita a investigação sobre a suspeita

de planejamento de golpe e os ataques de 8 de janeiro.

Um dos fatos mais graves atribuídos a Bolsonaro pela PF foi a suposta atuação na elaboração da minuta de um decreto para dar uma roupagem formal às ações golpistas e impedir a posse do presidente Lula (PT).

Segundo a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, a minuta "consubstanciava medidas de exceção com detalhamento de considerandos" acerca de suposta interferência no Poder Judiciário no Poder Executivo para decretar a prisão de diversas autoridades e a realização de novas eleições de vista de supostas fraudes no pleito presidencial".

O racunho do decreto teria sido objeto de reuniões convocadas pelo então presidente Bolsonaro que envolveriam tanto integrantes civis do go-

verno quanto militares da ativa, de acordo com a PF.

"Quanto ao ponto, a autoridade policial destaca a ocorrência de monitoramento de diversas autoridades, inclusive do relator da presente investigação [Moraes], no sentido de assegurar o cumprimento da ordem de prisão, em caso de consumo das providências golpistas", completa a decisão.

Porém, na atual etapa de investigação, foi determinado o penoso recolhimento do passaporte de Bolsonaro e que ele não se comunique com outros investigados. O ex-mandatário tem reagido dizendo ser vítima de uma "perseguição implacável".

Segundo a decisão de Moraes, a PF identificou diversos núcleos da organização criminosa e apontou os nomes de seus integrantes, mas o ex-presidente não foi incluído em nenhum deles.